

28. Da sucessão legítima. Da ordem de vocação hereditária. Da representação. Dos herdeiros necessários. Da redução das disposições testamentárias. Da deserdação.

29. Da sucessão testamentária. Do testamento e do codicilo. Das disposições testamentárias. Do direito de acrescer. Da revogação, da caducidade e do rompimento e da anulação do testamento. Do testamenteiro.

30. Dos legados. Das substituições. Do fideicomisso. Do inventário e da partilha. Dos sonogados. Da colação. Do pagamento das dívidas. Da nulidade, anulação e rescisória de partilha.

## DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Direito Tributário. Caracterização. Sua posição no quadro do Direito. Autonomia e Particularismo.

2. e 3. Relações jurídicas objeto do Direito Tributário: Impostos, Taxas e Contribuições.

4. e 5. Relação jurídico-fiscal: Crédito Fiscal. Nascimento. Valor do lançamento. Fato gerador. Base do cálculo.

6. e 7. Sujeito ativo e sujeito passivo do crédito fiscal: Responsável. Substituto. Solidariedade.

8. Isenção e Imunidade.

9. e 10. Pagamento. Compensação. Subrogação. Imputação. Dação em pagamento.

11. Pagamento indevido. Restituição.

12. Prescrição. Decadência.

13. e 14. Evasão. Sonegação. Fraude.

15. Privilégios fiscais.

16. Interpretação da lei fiscal.

17. Penalidades fiscais. Natureza.

18. e 19. Sistema tributário brasileiro. Discriminação de rendas.

20. Lei fiscal. Lei Orçamentária. Validade e eficácia.

21. Processo fiscal judicial. Executivo fiscal. O Fisco em juízo. Privilégios.

22. Processo fiscal administrativo. Natureza. Segunda instância fiscal. Conselho de Contribuintes.

### *Tributos locais*

23. e 24. Imposto sobre circulação de mercadorias. Taxa de exportação.

25. Imposto de transmissão.

26. Impostos predial e territorial. Taxa de Serviços Diversos.

27. Imposto sobre serviços.

28. Taxa de uso de logradouro. Taxa de veículos. Taxa de conservação e pavimentação. Taxa de obras.

29. Taxa de expediente. Taxa judiciária. Contribuição de melhoria.  
30. Tarifa de águas. Tarifa de esgotos.

## 4. Designação da Comissão Examinadora e do respectivo Secretário

Decreto "P" de 15 de maio de 1970

O Governador do Estado da Guanabara, no uso de suas atribuições e tendo em vista o constante do Processo n.º 14-000-644/1968, resolve designar a seguinte Comissão Examinadora para o III Concurso de Procurador do Estado:

Presidente: Lino Neiva de Sá Pereira

*Banca de Direito Administrativo:*

Caio Tácito Sá Vianna Pereira de Vasconcelos (Presidente),  
Petrônio de Castro e Souza e  
Roberto Paraiso Rocha

*Banca de Direito Processual:*

Luiz de Macedo Soares Machado Guimarães (Presidente),  
José Carlos Barbosa Moreira e  
Antônio Carlos Cavalcanti Maia

*Banca de Direito Constitucional:*

Affonso Arinos de Mello Franco (Presidente),  
Sérgio Ferraz e  
Diogo de Figueiredo Moreira Neto

*Banca de Direito Privado:*

Arnoldo Wald (Presidente),  
Manoel Niederauer Cavalcanti e  
Nelson Nascimento Diz

*Banca de Direito Tributário:*

Flávio Bauer Novelli (Presidente);  
Roberto Grandmasson Salgado e  
Hugo Maurício Sigelmann.  
(Publicado no *Diário Oficial*, Parte I, de 18-5-1970).

Portaria "P" n.º 19/PG, de 13 de maio de 1970:

O Procurador-Geral do Estado da Guanabara, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe o parágrafo único do art. 32.

das Instruções baixadas pela Portaria "P" n.º 50-PG, de 31 de outubro de 1969, resolve: designar o Procurador do Estado de 2.ª Categoria Doutor José Carlos Barbosa Moreira, matrícula n.º 111.111, Secretário da Comissão Examinadora do 3.º Concurso para provimento de cargos de Procurador de 3.ª Categoria do Estado da Guanabara. Em seus impedimentos eventuais, será substituído, sucessivamente, pelo Procurador do Estado, de 2.ª Categoria, Doutor Roberto Paraiso Rocha, matrícula n.º 131.558; e pelo Procurador do Estado, de 3.ª Categoria, Doutor Sérgio Ferraz, matrícula n.º 131.450.

(Publicada no *Boletim Oficial* de 18-5-1970).

### 5. Prova escrita de Direito Administrativo

#### QUESITO N.º 1

Transcrever, dentre os itens abaixo relacionados, os que correspondam a ato administrativo material, justificando a exclusão dos demais:

- 1) destruição de mercadoria deteriorada;
- 2) aprovação de tarifas de táxi;
- 3) remoção de veículo estacionado em local proibido;
- 4) revisão de aposentadoria;
- 5) licença para porte de arma;
- 6) inumação em cemitério religioso;
- 7) readaptação de servidor público;
- 8) locação de bem imóvel do Estado;
- 9) remoção de juiz para o Tribunal de Alçada;
- 10) termo de posse em cargo público.

#### QUESITO N.º 2

O Estado da Guanabara contratou com firma sediada em S. Paulo, a construção de um conjunto residencial para remoção de favelados, após concorrência pública cujo edital especificou as características técnicas do projeto.

Posteriormente, mediante Decreto do Governador, foram estipulados novos requisitos técnicos, que importam sensível elevação no custo da obra.

A firma construtora, alegando violação do contrato e prejuízo intolerável, suspendeu a execução da obra, que é de urgente interesse público. Enumere os direitos e obrigações da firma contratante e os princípios especiais aos contratos administrativos aplicáveis à hipótese.

#### QUESITO N.º 3

O proprietário de um imóvel urbano com área de 10.000 m<sup>2</sup> teve desapropriada, pela União, a parte dos fundos, confinante com um quartel

do Exército, restando-lhe porção do imóvel com 420 m<sup>2</sup>. Posteriormente, o Estado da Guanabara declarou de utilidade pública área do mesmo terreno, fronteira à via pública, com 380 m<sup>2</sup>, para construção de edifício destinado à Companhia Estadual do Gás.

O proprietário notificou o Estado da Guanabara e a União Federal para que também desapropriassem a área remanescente. O Governador do Estado consulta se há direito subjetivo do notificante a ser atendido na esfera estadual. Qual o seu parecer?

#### QUESITO N.º 4

Lei complementar federal estabelece que os membros do Ministério Público da União, ou dos Estados, poderão acumular o cargo com o de procurador de autarquia. Procurador da República, lotado no Estado da Guanabara, que, um mês antes da vigência da lei, optara pelo cargo federal, requer reintegração em cargo de procurador de autarquia estadual, que se acha vago.

Pergunta-se:

- a) há direito à reintegração?
- b) a decisão cabe ao dirigente da autarquia, ao Governador do Estado, ao Procurador Geral da República, ou a outra autoridade?

#### QUESITO N.º 5

Projeto de lei elaborado por associação dos servidores públicos prevê a criação, mediante lei estadual, de um Tribunal Administrativo para julgar, em caráter final, os litígios em matéria disciplinar entre o Estado da Guanabara e seus servidores, após processo com rito contraditório. Consulta o Governador do Estado sobre a legitimidade da criação do órgão proposto.

Enuncie os fundamentos de sua opinião.

#### QUESITO N.º 6

Quais as formalidades para que o Estado da Guanabara possa incorporar bem público de uso comum ao patrimônio de sociedade de economia mista, como forma de integralização de capital subscrito?

#### QUESITO N.º 7

Os bens públicos estão sujeitos à transcrição no Registro de Imóveis?

#### QUESITO N.º 8

Uma sociedade anônima requer aprovação para projeto de construção de edifício de apartamentos. O projeto atende a todos os requisitos exi-